

Niilismo: a “Morte de Deus” como consumação da metafísica tradicional

Nilism: the “Death of God” as the accomplishment of traditional metaphysics

Rondnelly Diniz Leite

Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

rondnellyleite@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2843453414914912>

Resumo

Este artigo pretende discutir, à luz do pensamento heideggeriano, o niilismo como consequência histórica da metafísica tradicional, concebida como onto-teo-logia. Isso significa que não buscamos estabelecer um diálogo sistemático entre a filosofia de Nietzsche e a de Heidegger, tampouco realizar uma análise comparativa entre ambos. O que está em jogo aqui é a compreensão do modo pelo qual Heidegger interpreta a filosofia nietzschiana, como expressão consumada da tradição metafísica ocidental. Nesse sentido, discutiremos o fato de que, na reflexão heideggeriana, o esquecimento do ser é concebido como condição de possibilidade do fenômeno do niilismo enquanto realidade histórica. A sentença “Deus está morto!” torna-se, então, a expressão paradigmática desse processo, pois sintetiza o esvaziamento da transcendência e a indigência espiritual que marcam a civilização ocidental. Dessa forma, nossa proposta é analisar a questão da “morte de Deus” como representação que caracteriza o fenômeno do niilismo, o qual é constitutivo do pensamento ocidental enquanto metafísica.

Palavras-chave: Heidegger. Metafísica. Niilismo. Ser. Deus.

Abstract

This article aims to discuss, in light of Heidegger's thought, nihilism as a historical consequence of traditional metaphysics, which is conceived as onto-theo-logy. This means we do not seek to establish a systematic dialogue between the philosophies of Nietzsche and Heidegger, nor to perform a comparative analysis between the two. What is at stake here is an understanding of how Heidegger interprets Nietzschean



philosophy as the consummate expression of the Western metaphysical tradition. In this sense, we will discuss the fact that, in Heidegger's reflection, the forgetting of Being is conceived as the condition for the possibility of the phenomenon of nihilism as a historical reality. The sentence "God is dead!" then becomes the paradigmatic expression of this process, for it synthesizes the emptying of transcendence and the spiritual indigence that mark Western civilization. Thus, our proposal is to analyze the question of the "death of God" as a representation that characterizes the phenomenon of nihilism, which is constitutive of Western thought as metaphysics.

Keywords: Heidegger. Metaphysics. Nihilism. Being. God.

Introdução

O debate acerca do niilismo, sobretudo a partir da célebre sentença nietzschiana “Deus está morto!”, ocupa lugar central nas reflexões filosóficas contemporâneas. Mais do que um problema meramente social, cultural ou psicológico, o niilismo revela uma dimensão ontológica e histórica profundamente entrelaçada com a tradição metafísica ocidental. É nesse horizonte que a leitura de Heidegger se torna decisiva, pois ele compreende o niilismo como corolário da própria estrutura da metafísica, entendida como onto-teo-logia. Essa abordagem permite compreender não apenas a crise espiritual do Ocidente, mas também os limites do pensamento que, ao longo da história, confundiu ente e ser, deixando impensada a diferença ontológica. Partindo dessa perspectiva, este artigo pretende explorar a ligação entre niilismo, metafísica e teologia, tomando como guia a interpretação heideggeriana da filosofia de Nietzsche.¹

Para começar nossa análise, é necessário examinar a constituição própria da metafísica tradicional. Segundo Heidegger (1957, p. 64-65), a metafísica é onto-teo-lógica porque funda o ser em um ente supremo, maximamente ôntico (perfeito). Esse ente, em virtude de sua perfeição, é concebido como razão suficiente de tudo – inclusive do próprio ser – e se identifica com o Deus da metafísica. Trata-se, portanto, de um ente especialíssimo, razão de ser de toda a realidade, inclusive de Si mesmo, exigido e posto pela razão humana como *ultima ratio*², isto é, como a fundamentação e explicação do todo. Este é o Deus pensado como *causa sui* (causa de si mesmo).

¹ É importante reiterar este ponto, pois não se pretende, neste artigo, estabelecer um diálogo sistemático entre a filosofia de Nietzsche e a de Heidegger, tampouco realizar uma análise comparativa entre ambos. O que está em jogo aqui é a compreensão do modo pelo qual Heidegger interpreta a filosofia nietzschiana, como expressão consumada da tradição metafísica ocidental. Portanto, o niilismo não será examinado como categoria própria da reflexão de Nietzsche em sua autonomia, mas enquanto fenômeno pensado e reinterpretado por Heidegger. Nesse sentido, a leitura heideggeriana não é apenas um comentário externo, senão uma elaboração filosófica própria, na qual Nietzsche é tomado como interlocutor privilegiado para que o pensamento heideggeriano possa desvelar a essência do niilismo. Dito de outro modo, a interpretação heideggeriana de Nietzsche é, ao mesmo tempo, uma via hermenêutica e um modo de pensar a questão do niilismo.

² Deus é concebido como razão suficiente, isto é, razão final que explica a realidade como um todo.



Desse ponto de vista, a metafísica também é teologia, pois nela o ser não é compreendido como ser. Na verdade, ao longo da história da tradição filosófica ocidental, o pensamento metafísico confundiu ser e ente, lançando o primeiro ao mais profundo esquecimento. Trata-se, portanto, da questão *de jure* (de direito)³: ao entificar o ser na ideia metafísica de Deus, Heidegger rejeita a metafísica em sua totalidade.

Como consequência desse esquecimento, apontado na crítica que Heidegger dirige à metafísica tradicional, aconteceu historicamente, de acordo com o filósofo, o fenômeno do niilismo, expresso exemplarmente na célebre sentença nietzschiana “Deus está morto!”. Nesse caso, trata-se da questão *de facto*⁴ (de fato), isto é, de conceber o esquecimento do ser como condição de possibilidade do niilismo enquanto realidade histórica. Assim sendo, tentaremos refletir acerca desse fenômeno a partir da análise de como “Deus morre” no interior do pensamento ocidental.

Nessa perspectiva, nosso artigo se desenvolverá no sentido de averiguar como o niilismo representa o essencial não-pensar sobre o ser. Igualmente, analisaremos a questão da “morte de Deus” como a expressão que sintetiza esse fenômeno constitutivo da história da metafísica. E por fim, importa ressaltar, ainda, que tal empreendimento será conduzido à luz da interpretação heideggeriana de Nietzsche. Portanto, em nenhum momento deste artigo pretendemos realizar uma análise comparativa do pensamento desses dois filósofos alemães. Nosso objetivo é, tão somente, discutir, tendo como base os cursos ministrados por Heidegger sobre Nietzsche, o niilismo como consequência histórica da constituição onto-teo-lógica da metafísica tradicional e da noção de Deus que daí decorre.

1 O niilismo como destino de metafísica

Para tratar dessa questão, Heidegger entra em diálogo com Nietzsche, cujo pensamento, em sua visão, representa o “acabamento” ou “consumação” da história da metafísica tradicional. Esse diálogo teve uma duração significativa sob a forma de cursos ministrados entre 1936 e 1940 (início da Segunda Guerra Mundial), dando lugar ainda a um círculo restrito de estudos em 1943, ano em que a guerra atinge seu auge. De acordo com Bernard Sichère (2002, p. 22), nesse ano, esses estudos se deram em um ambiente particularmente trágico, o qual conferiu uma tonalidade de fundo muito peculiar às primeiras palavras do texto: “A explicação subsequente se propõe a indicar o lugar a partir do qual a questão concernente à essência do niilismo poderia talvez um dia ser

³ Enquadramento teórico-normativo da questão, ou seja, trata-se de como o ser foi compreendido filosoficamente ao longo da história.

⁴ Aquilo que de fato acontece historicamente, ou seja, a expressão concreta do esquecimento do ser.



colocada" (HEIDEGGER, 1977, p. 209). Sendo assim, para o filósofo, a questão do niilismo é urgente e está longe de ser esclarecida.

Por isso, é importante para a reflexão heideggeriana responder à pergunta sobre se e como a essência do niilismo se torna patente no núcleo mais íntimo da experiência nietzschiana do niilismo e de sua tentativa de superá-lo. Trata-se de saber se no conceito metafísico de niilismo a sua essência pode ser, de alguma maneira, experimentada ou se é preciso procurar outro caminho para que se possa experimentá-la em sua verdade (HEIDEGGER, 1961, p. 336).

Desse modo, em um primeiro momento, pretendemos mostrar o que Heidegger acolhe da filosofia de Nietzsche. Como leitor deste último, o filósofo concorda com o diagnóstico de que o niilismo vigora como destino histórico da metafísica tradicional. De fato, na interpretação heideggeriana do pensamento nietzschiano, o niilismo é experimentado como a história da desvalorização dos valores supremos. Ademais, sua superação deve ser pensada como transvalorização de todos os valores a partir do princípio de instauração de valores, a saber, a vontade de poder (*Wille zur Macht*).

Daí decorre que, segundo leitura heideggeriana, Nietzsche pensa o ser do ente. Contudo, compreendendo o niilismo mediatamente como uma história na qual algo acontece com o ente enquanto ente. Em relação a esse ponto, Heidegger acompanha o diagnóstico nietzschiano de que o niilismo é compreendido como uma história na qual algo se dá com o ente enquanto tal. Portanto, tanto em um como no outro, niilismo designa à sua maneira o ser do ente (HEIDEGGER, 1961, p. 336-337), e, ademais, trata-se de um movimento historial, e não da opinião desta ou daquela pessoa.

Outra tese que Heidegger acolhe de Nietzsche é a constatação de que a distinção metafísica entre sensível e suprassensível revelou-se historicamente sem sentido. Essa percepção se exprime exemplarmente na sentença nietzschiana "Deus está morto!". Tal enunciado é tanto um vaticínio quanto um diagnóstico do nosso tempo.

Todavia, conforme interpretação heideggeriana, essa sentença não deve ser entendida como uma declaração individual de um ateu ou como uma afirmação vulgar de que "Deus não existe". Ao contrário, ela exprime o gesto filosófico pelo qual Nietzsche se distingue da metafísica precedente – aquela que postula a existência de um fim último, suprassensível, concebido como fundamento de toda realidade (SICHÈRE, 2002, p. 27):

Poder-se-ia supor que a palavra "Deus está morto" exprime uma opinião do ateu Nietzsche, sendo, por conseguinte, apenas uma tomada de posição pessoal, portanto, unilateral e, também, facilmente refutável, por meio da alegação de que



hoje muitas pessoas, por toda parte, vão à igreja e passam por tribulações com uma confiança determinadamente cristã em Deus (HEIDEGGER, 1977, p. 213).

E Heidegger acrescenta: “A questão que permanece é se, aqui, Nietzsche não pronuncia antes a palavra que, desde sempre, é dita implicitamente no interior da história ocidental determinada pela metafísica” (HEIDEGGER, 1977, p. 213).

A sentença “Deus está morto!” refere-se ao Deus cristão. No entanto, ela não deve ser entendida no sentido estritamente religioso dogmático, mas como representação de uma realidade suprassensível. Nesse sentido, Deus é o nome para a dimensão das ideias e dos ideais, considerada desde Platão como a verdadeira realidade – o real propriamente dito. De acordo com a interpretação heideggeriana de Nietzsche, essa dimensão corresponde ao mundo metafísico.

Em decorrência disso, a sentença “Deus está morto!” é interpretada por Heidegger como a constatação da ausência de Deus enquanto princípio atuante e elemento decisivo na história do pensamento ocidental. Portanto, com a “morte de Deus”, também a metafísica, entendida como onto-teo-logia, findou-se.

Por isso, o âmbito para a essência e o acontecimento do niilismo é a metafísica, entendida como estrutura fundamental da totalidade do ente, que se distingue em sensível e suprassensível, sendo aquele determinado por este. Trata-se do âmbito histórico em que se converte em destino o fato de que a realidade transempírica – como as ideias, Deus, a lei moral, a autoridade da razão, o progresso, a cultura e a civilização – perdem seu sentido e se anulam.

Assim sendo, o sentido metafísico da sentença de Nietzsche “Deus está morto!” indica que o fundamento suprassensível do mundo deixou de ser real, na medida em que é pensado como realidade eficaz de toda a realidade.

Além disso, consoante à interpretação de Heidegger da sentença nietzschiana, a “morte de Deus” significa também a aniquilação, pelo homem, do mundo suprassensível enquanto tal. Isso ocorre à medida que esse Deus foi enclausurado pelo próprio ser humano no interior da razão, a tal ponto que Ele se apresenta agora como o correspondente exato da razão desdobrada. Em outras palavras, como observa Mac Dowell (2011, p.17), ao tentar apreender, por meio da razão, o fundamento absoluto do real – identificado com Deus – a metafísica acabou por colocar a razão acima de Deus, provocando, assim, Sua morte no pensamento por ela constituído.

Sendo assim, a interpretação heideggeriana da sentença nietzschiana evidencia que a “morte de Deus” não constitui um mero evento religioso ou teológico, mas um fenômeno filosófico que assinala a consumação da metafísica como onto-teo-logia. O deslocamento do fundamento último



da realidade para o interior da razão humana revela o niilismo como destino histórico do pensamento ocidental. Nesse horizonte, torna-se patente a perda de sentido do mundo suprassensível e de toda referência a um fundamento inconcusso do real.

2 O pensamento do valor como o último enredamento na metafísica tradicional

No segundo passo de nossa análise, procuraremos discutir aquilo que Heidegger não aceita de Nietzsche, ou seja, como, na interpretação heideggeriana, o filósofo da vontade de poder interpreta e soluciona a questão do niilismo.

Consoante Heidegger, por intermédio do pensamento valorativo proveniente da vontade de poder, a metafísica de Nietzsche concebe o ser como ser do ente, o que o impede de pensar o ser enquanto ser. Portanto, é justamente porque está preso às malhas do niilismo em si mesmo que o pensamento nietzschiano encontra seu acabamento naquilo que ele é (HEIDEGGER, 1961, p. 336-337).

Além disso, seu filosofar permanece vinculado ao esquema tradicional do pensamento ocidental, pois, ao fundar o ser na vontade de poder, Nietzsche se mantém no interior da perspectiva adotada pelo questionar metafísico – ou seja, continua preso ao questionamento do ente enquanto ente. Essa perspectiva concerne à dualidade estrutural própria da metafísica enquanto onto-teologia.

Por essa razão, antes de prosseguirmos com nossa discussão, faz-se mister esclarecer como Heidegger interpreta dois conceitos fundamentais na economia da obra de Nietzsche: “pensamento valorativo” e “vontade de poder”.

De acordo com a reflexão heideggeriana, o pensamento valorativo é um erro. Afirmar que o ser se tornou um valor é dizer, de maneira confusa, que ele vale ou não vale nada para o querer (para a vontade humana). De fato, compreender o ser como valor equivale a dizer que ele devém como nós no interior do mundo, no sentido de uma propriedade ôntica⁵ atribuída em graus diversos aos entes. Em outras palavras, pensar o ser como valor encobre sua essência, pois o reduz a uma propriedade dos entes. “Valor” é uma categoria situada onticamente, enquanto o ser deve ser pensado ontologicamente, como condição de possibilidade dos entes.

⁵ O termo “ôntico” (ontisch) designa o nível dos entes concretos (*Seiendes*) — aquilo que é em seu modo cotidiano de aparecer. Heidegger distingue entre o nível ôntico, que diz respeito aos entes, suas determinações, propriedades e características factuais, e o nível ontológico (ontologisch), que se refere ao ser, isto é, à dimensão que torna possível a manifestação do ente em sua totalidade – o horizonte de inteligibilidade a partir do qual qualquer ente pode ser compreendido.



Entretanto, uma vez estabelecida essa identificação entre ser e valor, não há nada mais a dizer a respeito daquele (o ser): ele é, nesse contexto, completamente abandonado. A originalidade dessa intuição de Heidegger consiste precisamente em reconhecer que o grande acontecimento da história ocidental consiste no rebaixamento do ser ao nível de valor – evento no qual o ser mesmo não é acolhido no pensamento e pelo pensamento (SICHÈRE, 2002, p. 45).

Por meio do pensamento valorativo baseado na vontade de poder, ele mantém, isso é verdade, o reconhecimento do ente enquanto tal. Contudo, ao mesmo tempo, (Nietzsche)⁶ se amarra com a corda da interpretação do ser como valor, na impossibilidade de sequer alcançar um olhar questionador acerca do ser enquanto ser (HEIDEGGER, 1961, p. 340).

Desta forma, o pensamento valorativo representa o “assassinato radical” – o verdadeiro “homicídio” – do ser mesmo. Esse “assassinato” é obra dessa história que acontece na metafísica e como metafísica. Isso significa que, com o pensamento do valor, o esquecimento do ser alcança toda sua radicalidade, pois, nessa perspectiva, a reflexão acerca do ser é inteiramente abandonada.

Pode-se afirmar, então, que há uma renúncia à questão do sentido de ser: ele é deixado de lado, é desprezado “enquanto ser”. Segundo Heidegger (1961, p. 304), em Nietzsche, a tarefa primordial da filosofia não é mais definir de modo imparcial o ser do ente enquanto tal, isto é, a verdade em sua determinação trans ou a-histórica, como pretendia a metafísica anterior. Ao contrário, essa questão nem sequer é formulada de modo crítico no pensamento nietzschiano.

Ademais, em Nietzsche, a própria tarefa de determinação da verdade está articulada com uma configuração possível da vontade de poder. Portanto, no pensamento valorativo, o ser é rebaixado a uma condição determinada pela vontade de poder, anulando, assim, o próprio caminho para uma experiência do ser (SAFRANSKI, 1994, p. 340-341).

Já a vontade de poder, segundo a interpretação heideggeriana de Nietzsche, designa a aspiração à possibilidade do exercício da força, uma busca pela posse de poder. “Ela é a ‘essência mais íntima do ser’” (HEIDEGGER, 1961, p. 264). Isso significa que ela é o princípio fundamental do ente enquanto tal, cuja essência não pode ser pensada senão metafisicamente.

Além disso, a vontade de poder manifesta-se como o caráter fundamental da vida. Esta, no que lhe concerne, é compreendida em sua essência como um “querer crescer”, um desenvolvimento contínuo e perpétuo. Ela também é compreendida como instituidora de valores. Por isso, à medida que a vida é aquilo que cresce e quer crescer, e que, em sua constituição mais própria, institui valores que lhe permitem afirmar-se como vida – ou seja, como princípio de configuração do

⁶ Interpolação e grifo nosso.



mundo ôntico – ela se identifica com a vontade de poder. Portanto, para Heidegger, “vontade de poder”, “vida” e “ser do ente”, em sentido amplo, significam, no pensamento de Nietzsche, a mesma realidade.

Outra característica importante da vontade de poder é que o poder não constitui uma meta extrínseca a ser atingida pela vontade. Nesse sentido, ela não aspira ao poder; ao contrário, já é e só pode ser na dimensão essencial do poder. Por isso, Heidegger (1961, p. 265) diz: “No entanto, a vontade não é simplesmente poder e o poder não é simplesmente vontade. Ao invés disso, vale o seguinte: a essência do poder é vontade de poder e a essência da vontade é vontade de poder.”

Isso não significa que vontade e poder sejam idênticos, mas que a junção de palavras na expressão “vontade de poder” indica a união inseparável de uma essência articulada e única: a essência do poder (HEIDEGGER, 1961, p. 265). Heidegger entende o poder, em Nietzsche, como comando, no sentido de ser senhor de si ao dispor dos recursos, dos meios e modos para exercer um efeito por meio de uma ação⁷ (HEIDEGGER, 1961, p. 264). O poder como comando é poder na medida em que permanece sendo elevação de poder, querer crescer, “poder comandar” uma força. Trata-se de querer intensificar o poder da vida.

Portanto, a vontade de poder designa aquilo que é o ente enquanto ente, isto é, o que ele é em sua essência. Ela é o princípio operativo em todas as configurações possíveis da realidade e, concomitantemente, se imiscui no próprio modo de ser do real.

Assim, uma vez esclarecido como a perquirição heideggeriana compreende esses conceitos fundamentais da filosofia nietzschiana, podemos retomar nossa discussão acerca do que Heidegger não aceita do pensamento de Nietzsche.

No termo niilismo, o nada desdobra a sua essência de tal modo que, no fundo, nada se dá com o ser, ou seja, o ser é excluído. É preciso, portanto, compreender o significado desse termo para, só então, podermos pensar a história na qual foi adotada pela metafísica a perspectiva do questionamento do ente enquanto ente. É nessa direção que a investigação heideggeriana pensa o niilismo e, ao mesmo tempo, o nada (*nihil*): em sintonia com o fato de que algo se dá com o ser do ente, isto é, em sintonia com o esquecimento do ser que acontece nessa história.

Portanto, se em Nietzsche o niilismo é compreendido mediatamente como uma história na qual algo acontece com o ente enquanto tal – a saber, a desvalorização dos valores supremos –, em Heidegger o niilismo também é pensado, em certa medida, assim. Contudo, e aqui reside à diferença em relação à filosofia nietzschiana, essa história é pensada como esquecimento do ser, e

⁷ Não se trata apenas de força bruta ou domínio sobre os outros, mas, sobretudo, da capacidade de agir de maneira autônoma e eficaz, ou seja, é a capacidade de moldar a realidade conforme a própria essência dinâmica do ente.



não como desvalorização dos valores supremos. Dito de outro modo, para o pensamento heideggeriano, aquilo que se dá com o ente enquanto tal é precisamente o fato de o ser permanecer ausente, isto é, de nada se dar com o ente enquanto tal.

Deste modo, conforme exposto acima, na interpretação heideggeriana de Nietzsche, este último pensa o ser como valor, concebendo-o como condição instaurada pela vontade de poder. Assim, o ser não é reconhecido como ser. Reconhecê-lo implicaria deixá-lo ganhar força em toda sua questionabilidade, a partir de uma visão de sua proveniência essencial. Entretanto, no pensamento valorativo, o ser fica de fora no que se refere à questionabilidade do “enquanto ser”, de modo que o ser é um nada – nada acontece com o ser enquanto tal.

De fato, no pensamento valorativo, o ser permanece ausente quanto à sua questionabilidade. Portanto, o ser é um nada. No entanto, essa constatação ainda não revela a essência do niilismo. Isso porque, em Nietzsche, segundo Heidegger, pensar o devir significa pensar o ser do ente em sua totalidade. Esse pensamento se concretiza em sua metafísica como o ideal da mais elevada potência. Este, por sua vez, se expressa paradigmaticamente no conceito nietzschiano do “eterno retorno do mesmo”. Conceito que designa o modo como a totalidade do ente se torna presente, isto é, diz respeito à existência do ente no seu todo. Igualmente, a expressão indica o modo como aquilo que vem a ser, o impermanente, se torna presente enquanto tal⁸ (HEIDEGGER, 1961, p. 285).

Ademais, esse conceito evidencia também a maneira como o ente, enquanto vontade de poder, se essencializa. Isso significa que, por meio do seu *quid*⁹ – do ser do ente concebido como vontade de poder –, a existência da totalidade do ente é codeterminada. Portanto, o eterno retorno do mesmo caracteriza o ente no seu todo, configurando-se como um princípio fundamental do ser que se oferece como copertinente com a vontade de poder¹⁰ (HEIDEGGER, 1961, p. 287).

Nesse sentido, de acordo com a interpretação de Heidegger, o mesmo que retorna, isto é, a vontade de poder, possui uma consistência relativa, na medida em que é necessário que ela produza uma configuração da realidade. Isso significa que ela é dinâmica; sua força e atuação dependem das relações e condições concretas da realidade. Por isso, essa produção ocorre a partir de um arranjo

⁸ Para Heidegger, o conceito nietzschiano do “eterno retorno do mesmo” não deve ser compreendido meramente como uma doutrina cosmológica, isto é, como repetição concreta de todos os acontecimentos no tempo. Ele deve ser entendido como expressão do ser do ente em sua totalidade. Trata-se, portanto, de um modo de pensar o devir, no qual o transitório e o permanente se articulam, tornando-o inteligível como o mostrar-se do ser.

⁹ Essência ou aquilo que faz com que algo seja o que ele é.

¹⁰ Isso significa que o ente não é um objeto ou fenômeno isolado; sua essência se manifesta na vontade de poder, ou seja, na sua capacidade de crescimento, afirmação e atuação. Nesse sentido, ao afirmar que o ser do ente é concebido como vontade de poder, Heidegger assinala que essa essência orienta e estrutura a manifestação do ente em sua totalidade. Trata-se, portanto, de um princípio ontológico fundamental, capaz de articular a essência e a existência do ente de maneira integrada.



entre as perspectivas vigentes nessa configuração – ou seja, ela é sempre contingente, nunca absoluta –, retornando simultaneamente ao estado de indeterminação originária que a caracteriza, de modo que novas configurações sempre possam surgir.

Por isso, o seu retorno confere o caráter de permanência, assegurando que o existente permaneça dotado de constância. Portanto, o eterno retorno do mesmo é a presença constante que dá constância à vontade de poder. Na metafísica tradicional, o ser foi sempre compreendido como presença constante, sendo que o termo “constante” designa em sua ambiguidade tanto imutabilidade quanto eternidade. Heidegger, então, identifica no conceito nietzschiano do eterno retorno do mesmo uma correspondência com a maneira como a metafísica historicamente concebeu o ser.

Além disso, o eterno retorno, na perspectiva heideggeriana, funciona como expressão que assinala o caráter de vontade de poder próprio do ser e define a inevitabilidade da existência de tudo o que é como vontade de poder. Desse modo, nada pode escapar ao devir; nada pode existir para além do apoderar-se de si da vontade de poder. Tudo retorna eternamente, permitindo que ela supere novamente o maior de seus obstáculos: a presença eterna do que sempre retorna no instante, atingindo, a partir daí, sua máxima potencialização. O filósofo esclarece:

O eterno retorno do mesmo é o modo da presença do impermanente (o devir) enquanto tal. Ele é, no entanto, essa presença na forma mais elevada de permanência (em movimentos circulares), com a única determinação de assegurar a possibilidade constante de poder. O retornar, o chegar e o partir do ente que é determinado como eterno retorno, tem, em toda parte, o caráter da vontade de poder. Por isso, a mesmidade do mesmo que retorna consiste primeiramente no fato de que em cada ente o poder comanda o poder e, segundo esse comando, condiciona uma mesmidade da constituição do ente (HEIDEGGER, 1961, p. 286-287).

Por esse motivo, o eterno retorno do mesmo é entendido por Heidegger como o eterno retorno da vontade de poder, por meio do qual o ser do ente adquire estabilidade e constância. Como resultado, o ser é compreendido em consonância com a metafísica tradicional como presença constante – no sentido daquilo que permanece imutável, enquanto essência ou substância, ao longo do tempo. Por essa razão, a metafísica de Nietzsche é a figura mais insigne do niilismo, pois pensa a existência como devir e o devir como eterno retorno do mesmo.

Por outro lado, ao propor uma total transvaloração de todos os valores, a metafísica nietzschiana consome a desvalorização dos valores supremos que se processou ao longo da história da metafísica. Em virtude desse caráter “destrutivo”, ela pertence à história do niilismo.

Com isso, o niilismo nietzschiano não supera o niilismo e nunca poderá superá-lo:



Pois, justamente, naquilo no qual e por meio do qual Nietzsche pensa superar o niilismo, com a instauração de novos valores pela vontade de poder, anuncia-se pela primeira vez o niilismo propriamente dito: o fato de nada se dar com o próprio ser, que agora se transformou em valor (HEIDEGGER, 1961, p. 340).

Nietzsche, por conseguinte, experimenta a história do niilismo como a história da desvalorização dos valores supremos. Como corolário, a superação do niilismo é apresentada por ele como transvaloração, de tal modo que ela não se realiza apenas por uma nova instauração de valores, mas também na medida em que a vontade de poder se constitui como o princípio dessa nova instauração. Como já mencionado, na interpretação heideggeriana da filosofia nietzschiana, o pensamento do valor é elevado a princípio, ao passo que a questão acerca do sentido de ser é abandonada.

Diante disso, a filosofia de Nietzsche é o derradeiro enredamento no niilismo, porque consome a história na qual o ser mesmo nunca é colocado em questão. Essa filosofia corporifica o acabamento da tradição metafísica e o primado absoluto do ente sobre o ser.

Daí decorre que, segundo Heidegger, a essência do niilismo não pode ser plenamente pensada e nem experimentada no pensamento nietzschiano. Isso ocorre porque, sendo sua essência determinada pela história em que nada se dá com o ser, nada se dá também com o ser mesmo no pensamento e para o pensamento. Com isso, o niilismo não se abre à possibilidade de se poder pensar e conhecer sua essência (HEIDEGGER, 1961, p. 341).

Nesse sentido, Nietzsche pensa o niilismo niilisticamente. O filósofo não consegue alcançar aquilo que está em jogo na questão sobre a essência do niilismo: o fato de o niilismo ser uma história que concerne ao ser mesmo, bem como a maneira pela qual essa história diz respeito ao ser mesmo (HEIDEGGER, 1961, p. 341). Ele o pensa niilisticamente porque seu pensamento é valorativo, fundado na vontade de poder como princípio de toda instauração de valor.

Em outros termos, a metafísica da vontade de poder é a consumação do niilismo propriamente dito, mas não do niilismo propriamente dito enquanto tal, pois, mesmo que de modo não consumado, este já se manifestara na metafísica precedente. Nessa metafísica, nomeadamente na modernidade, o ser do ente foi experimentado como vontade, ainda que não como vontade de poder. Segundo Heidegger, embora a essência dessa vontade permaneça obscura, ela já se revela em Descartes, passando pelas reflexões de Leibniz, Kant, Schelling e Hegel. Contudo, nem a metafísica da vontade, nem a metafísica da vontade de poder correspondem ao fundamento do niilismo, mas somente à metafísica enquanto tal.



Assim, no interior do pensamento nietzschiano, o esquecimento do ser atinge seu ponto culminante, pois ele já não é mais somente esquecido, mas é radicalmente abandonado. Esse abandono se dá pela redução da totalidade do ente à dinâmica constante do vir-a-ser da vontade de poder. De fato, Heidegger interpreta que Nietzsche pensa o ente enquanto tal como vontade de poder, de tal modo que essa concepção do ser como vontade leva a subjetividade ao seu acabamento.

Em decorrência disso, na metafísica de Nietzsche, o ser fica de fora de uma maneira tão dramática que ele jaz encoberto pelo pensamento valorativo, a tal ponto que não se deixa mais perceber ou vigorar como metafísica (CASANOVA, 2006, p. 64), senão como inversão da metafísica entendida como platonismo. Todavia, essa inversão mantém-se presa à distinção metafísica fundamental entre sensível e suprassensível. Por isso, Nietzsche ainda fica preso ao esquema da metafísica tradicional. É também por essa razão que ele sente a necessidade de denunciar o vazio teológico da metafísica – por meio da história da desvalorização dos valores supremos – cujo ápice é alcançado na expressão síntese do niilismo: “Deus está morto!”

Em virtude disso, Deus é entendido como valor supremo. De acordo com Heidegger, essa interpretação de Deus não se baseia no ser mesmo:

O último golpe contra Deus e contra o mundo suprassensível consiste em que Deus, o ente do ente, é degradado à condição de valor supremo. O golpe mais duro contra Deus não consiste em que Deus seja considerado incognoscível, em que se demonstre que a existência de Deus seja indemonstrável, senão o fato de elevar a valor supremo o Deus tido por real. Pois, esse golpe não vem daqueles que não crêem em Deus, mas dos crentes e seus teólogos que falam do mais ente do que todo ente, sem jamais ocorrer-lhes pensar no ser mesmo, para com isso cair na conta que esse pensar e esse falar, vistos a partir da fé, são simplesmente blasfêmia, caso se imiscuem na teologia cristã (HEIDEGGER, 1977, p. 259-260).

Realmente, que os valores se desvalorizem significa que o Deus da metafísica foi, ao longo da história, concebido como valor supremo e fonte de todo valor, inclusive fonte da vida em si mesma. Como Sua morte, o mundo, em sua totalidade, torna-se desencantado e desprovido de significação. Desse modo, a sentença de Nietzsche nos remete ao cerne de uma experiência no interior da qual toda transcendência se dissolve num movimento contínuo de conformação dos fenômenos, o qual não possui nenhum sentido para além de si mesmo.

Além disso, a morte anunciada por essa sentença mostra que o mundo não apenas se aniquila, mas também se transforma em seu ser, assim como o homem, que igualmente se modifica nesse processo. Este, ao assumir-se como subjetividade, converte-se naquele que anula o ente no



sentido do ente em si, transformando-o em objeto. Por isso, essa anulação do ente em si, que culmina na “morte de Deus”, advém assegurando a existência do homem, por meio da qual ele garante seu patrimônio material, corpóreo, psíquico e espiritual. Nesse sentido, em virtude de sua segurança, ele quer dominar o ente como objeto a ser conquistado. Essa circunstância concerne, na metafísica de Nietzsche, ao ser do ente concebido como vontade de poder.

Esse assegurar, enquanto aquisição de segurança, funda-se na instauração de valores. Ora, instaurar valores deixa todo ente à mercê da objetivação, anulando-o. Esse golpe fatal, que culmina na “morte de Deus”, é desferido pela metafísica que, enquanto metafísica da vontade de poder, pensa o ser mesmo como valor. Contudo, conforme interpretação de Heidegger, esse golpe, pelo qual o ser é rebaixado à condição de valor, é desconhecido por Nietzsche como golpe que concerne ao ser mesmo. Isso porque ele não concebe sua metafísica como niilismo, mas como sua superação (SICHÈRE, 2002, p. 49-50).

Por esse motivo, o fato de o niilismo ser o resultado da desvalorização dos valores supremos não implica a necessidade de promulgar novos valores que venham a ocupar o lugar deixado vazio por Deus. Ao contrário, significa que o valor é em si mesmo um erro a propósito do ser e, concomitantemente, uma maneira errônea de se pronunciar o nome de Deus. Nesse sentido, a “morte de Deus” em Nietzsche deve ser entendida como a morte do “Deus valor”, isto é, do Deus reduzido a valor supremo e princípio de valoração. Esse modo de pensar a essência de Deus é, segundo Heidegger, bem pouco divino.

Sendo assim, a crítica heideggeriana mostra que, ao reduzir o ser a valor e concebê-lo no horizonte da vontade de poder, Nietzsche não supera a metafísica, mas a leva ao seu acabamento. Sua filosofia, ao proclamar a “morte de Deus”, dissolve a transcendência como fonte de sentido, instaurando um processo de objetivação no qual todo o ente se converte em objeto de dominação. No entanto, esse golpe fatal contra o ser permanece velado ao próprio Nietzsche, que entende sua proposta como superação do niilismo, quando, na perspectiva de Heidegger, ela é justamente sua consumação. Assim, a morte anunciada não é a do Deus divino, mas a do Deus-valor, isto é, do Deus concebido como causa de si mesmo e razão suficiente da totalidade dos entes.

3 O niilismo como consequência de esquecimento de ser

Heidegger procura responder ao problema do niilismo a partir do esclarecimento de duas questões fundamentais: qual é a relação entre ser e ente? E, tendo como horizonte essa pergunta, de que modo o niilismo é consequência do esquecimento do ser?



Em primeiro lugar, é importante destacar que a questão da relação entre ser e ente está diretamente vinculada à crítica que Heidegger dirige à metafísica tradicional, quando a acusa de onto-teo-lógica. Segundo sua análise, a metafísica se esqueceu de pensar a diferença ontológica, ou seja, a distinção entre ente e ser. Em função disso, ela acabou confundindo-os e entificando-os, pois o ser foi reduzido à condição de mera presença constante. Ele (o ser) foi explicitado por meio de determinações ônticas, não sendo pensado em sua própria dimensão.

Nesse sentido, a metafísica tradicional é ontologia, pois consiste na definição dos critérios universais que determinam a essência do ente; mas é também teologia, na medida em que busca um ente supremo, suprassensível, que por sua perfeição é o fundamento de todos os outros entes. Com isso, ela deixa de ser compreensão ou pensar do ente enquanto ente, para ser, em última análise, fundamentação do ser no ente supremo, no "*theion*"¹¹.

Do ponto de vista da questão de direito (*de jure*), essa compreensão conduz inevitavelmente à "morte de Deus". Isso ocorre porque Deus é entendido como ente supremo, reduzido a uma representação e tornando-Se passível de objetivação nas provas lógicas de sua existência. Como *causa sui*, Ele é requerido para a explicitação da distinção entre ser e ente e, ao mesmo tempo, para fundamentar o ente enquanto tal. Contudo, ao ser reduzido a mera representação, Deus perde Sua transcendência e, como consequência, Sua divindade.

Nesse contexto, conforme o pensamento heideggeriano, o niilismo só irrompe lá onde o nada se refere ao ser. "A essência do niilismo é a história, na qual nada se dá com o ser mesmo" (HEIDEGGER, 1961, p. 338). Sendo assim, a metafísica é niilismo porque nela o ser mesmo torna-se nada no pensamento e para o pensamento e o ente alcança um domínio absoluto, ou seja, ele se torna a medida exclusiva para o ser. "A metafísica é enquanto metafísica o niilismo propriamente dito" (HEIDEGGER, 1961, p. 343). Em outras palavras: "A essência do niilismo é historicamente enquanto metafísica, [...]" (HEIDEGGER, 1961, p. 343).

Desse modo, tanto a metafísica platônica quanto a nietzschiana são niilistas: em Platão, a essência do niilismo permanece velada, ao passo que em Nietzsche, ela se manifesta com todo vigor. Esse fato impossibilita que a metafísica conheça a essência do niilismo a partir de si mesma. Por isso, o ser pensado na perspectiva da diferença ontológica permanece impensado de maneira insigne e única. Como resultado, a metafísica concebe o ser como fundado pelo ente, de tal modo que esse ente é concebido como o ente máximo. Portanto, ela não pode pensar o niilismo: nela Deus é concebido como fundamento do ser. Mais ainda, esse Deus surge em seu âmbito sob a aparência

¹¹ O termo *theion* vem do grego θεῖον e significa "divino". Em um sentido, mais amplo, *theion* indica aquilo que é transcendente, superior e distinto da dimensão física da realidade, mas que se manifesta nela de alguma forma.



de um ente que é representado pelo pensamento lógico-formal. Por essa razão, o ser é entificado e, conseqüentemente, esquecido.

Por conseguinte, o fato de o ser mesmo permanecer impensado na tradição metafísica significa que ele sempre foi pensado na direção ou com vistas ao ente enquanto tal. Isso significa que o ente se encontra no desvelamento do ser, que constitui a essência da verdade. Contudo, essa essência que inicialmente se desvela, logo em seguida já se retrai novamente. Conseqüentemente, a metafísica, como verdade do ente enquanto ente, nunca disse algo relativo à essência da verdade, na qual e a partir da qual ela mesma pensa o ente – a partir da qual ela mesma se essencializa (HEIDEGGER, 1961, p. 351). E isso ocorre porque a metafísica esqueceu o ser em favor do ente. Nas palavras de Heidegger:

Na medida em que pensa o ente enquanto tal, ela toca de maneira pensante o ser, para logo preteri-lo em favor do ente, ao qual ela retorna - e junto do qual ela se instala. Por isso, a metafísica pensa, na verdade, o ente enquanto tal, mas não leva em consideração o próprio ‘enquanto tal’ (HEIDEGGER, 1961, p. 351).

Assim, se o ser permanece impensado, o seu desvelamento também permanece. Esse permanecer impensado é a história na qual nada se dá com o ser. Nesse sentido, ao refletirmos sobre a essência desse “impensado”, nos aproximamos da essência do niilismo. De fato, a essência desse “impensado” é justamente a diferença ontológica. Situar a metafísica no esquecimento dessa diferença nos permite pensar sua essência. Ora, de acordo com Heidegger, a metafísica é o niilismo propriamente dito. Logo, a essência do niilismo será encontrada lá onde ela se referir à essência da metafísica.

Entretanto, conforme discutido até aqui, o fato de o ser mesmo permanecer impensado indica um problema que se localiza no pensamento: nada no primeiro (o ser mesmo) importa para o segundo (o pensamento). De acordo com Heidegger, o pensamento deixa o ser de lado.

Por outro lado, a metafísica pensa o ser do ente a partir de seus conceitos fundamentais: *essentia* (ontologia) e *existentia* (teologia). Nesse sentido, ela não deixa de reconhecer o ser; contudo, esse reconhecimento visa o conhecimento o ente enquanto ente. Por isso, essa admissão ou visualização do ser não permite que ele se mostre como algo pensado em sua radicalidade e verdade.

Portanto, a metafísica não admite o ser como aquilo que deve ser expressamente pensado. Nela o ser mesmo permanece de fora, sendo visualizado apenas como o ser do ente. Na verdade,



essa metafísica é teologia, pois tão logo concebe a essência do ente, ela já a transpõe – consciente ou inconscientemente – com vistas à existência do ente primeiro.

Desta maneira, o ser mesmo se essencializa (*Wesen*)¹² como desvelamento, em cujo âmbito, igualmente, o ente é. Entretanto, o próprio desvelamento do ser, seu mostrar-se, permanece velado enquanto desvelamento. Em outras palavras, o ser se retrai, se retira em seu próprio mostrar-se. Na metafísica, na expressão “no desvelamento do ser”, o “desvelamento” fica de fora. De fato, conforme chama atenção Alain Boutot (1987, p. 285), o esquecimento do ser procede essencialmente dele mesmo, ou seja, do movimento de dissimulação e autodissimulação que lhe é intrínseco. “Fica-se apenas no velamento da essência do desvelamento. Fica-se no velamento do ser enquanto tal. O ser mesmo fica fora” (HEIDEGGER, 1961, p. 353).

Esse ficar fora do ser mesmo significa que é próprio de sua essência se retrair, ausentar-se. Enquanto destino, o ser mesmo sincronicamente se dá e se retira. Ele é, portanto, a sua própria ausência. A iniciativa de seu velamento e desvelamento depende da sua abertura, não do ente (o ser humano).

Nessa ausência, o ser se envolve e se encobre consigo mesmo, funcionando como um véu que oculta e, ao mesmo tempo, se retira em direção ao que constitui sua dimensão mais essencial. Esse véu com o qual o ser mesmo vive em seu ausentar-se, é o nada enquanto o próprio ser (HEIDEGGER, 1961, p. 353-354). Por sua vez, esse nada enquanto o próprio ser é o ser experimentado a partir do ente, como não-ente.

Ora, se o nada é o ser experimentado a partir do ente, como não-ente, ou seja, o ser em seu ausentar-se; então, a essência do niilismo reside no fato de que, ao longo da história do pensamento ocidental, a questão acerca da essência do nada não foi colocada com a seriedade que merece.

Contudo, ao desdobrarmos e formularmos essa questão com a gravidade e seriedade que lhe é devida, concluiremos que, experimentado e concebido de modo originário e essencial, o niilismo é a história da metafísica tradicional. Nessa história, o nada não pode ser compreendido e nem concebido em sua essência. Por isso, o niilismo é definido aqui como o “essencial não-pensar na essência do nada”. Dito de outro modo, nada se dá com o ser mesmo; ele fica de fora no pensamento e para o pensamento. Nessa ausência ele se essencializa.

¹² Em Heidegger, o ser do ente em geral e os diversos modos de ser ou essências, não podem ser entendidos substantivamente, como presença constante. Ao invés disso, devem ser entendidos como verbo (transitivamente), o que remete ao caráter historial do plano ontológico. Portanto, em contraste com a visão substantiva das essências, própria da metafísica, o ser está relacionado com o caráter processual da verdade como desocultamento (*aletheia*), bem como com a descoberta da temporalidade existencial, como horizonte da autêntica compreensão de ser.



Destarte, à medida que, no desvelamento do ser, seu próprio desvelamento permanece ausente no que diz respeito a ele mesmo, ou seja, enquanto ele se recusa em seu mostrar-se, a sua ausência expõe o seu caráter de encobrimento. Esse encobrimento, por sua vez, pode ou não ser um abrigar-se retirando-se, uma guarda (*Wahrung*) do ser.¹³ Trata-se de um retirar-se do próprio ser, de tal modo que, ao mesmo tempo, ele permanece sendo visualizado como o ser do ente. Conforme Heidegger:

A retirada, enquanto modo como o próprio ser se essencializa, não rouba o ser ao ente. Entretanto, o ente se encontra, justamente quando é tal ente e é apenas isso, na retirada do ser mesmo. Nós dizemos: o ente é abandonado pelo próprio ser. O abandono do ser concerne ao ente como um todo, não apenas ao ente do tipo do homem, que representa o ente enquanto tal e em cuja representação se lhe retira o ser mesmo em sua verdade (HEIDEGGER, 1961, p. 355).

De fato, esse abandono do ser do ente enquanto tal acontece porque, no final das contas, quem efetivamente aparece no desvelamento do ser é o ente e não o ser mesmo. No pensamento ocidental, esse ente é representado como o ente supremo, o maximamente ôntico do ente, Deus. Portanto, nesse movimento, a metafísica se dá, pois, ela é essa história: a história do desvelamento do ente enquanto ente, na qual o ser é apenas tocado tangencialmente pelo pensamento para logo em seguida cair no mais completo esquecimento.

Assim, a partir dessa história do abandono do ser mesmo, o niilismo se essencializa, ao mesmo tempo e veladamente, conforme sua essência. Isso significa que ele é o resultado de uma figura de pensamento que abre as portas para o primado absoluto do ente sobre o ser. Em outros termos, para a fundamentação do ser no Deus *causa-sui*, refém da razão humana.

Por outro lado, tendo em vista essa perspectiva, torna-se necessário pensar o nada em sua relação com o ser mesmo. Essa relação, por sua vez, deve ser pensada historicamente, isto é, como a história do próprio ser. “A história do ser começa necessariamente pelo esquecimento do ser” (HEIDEGGER, 1977, p. 243).

Entendido dessa forma, como história do ser, o fenômeno do niilismo irrompe como consumação da metafísica enquanto abandono do ser. Essa consumação encontra abrigo na filosofia de Nietzsche. Ela leva a termo a omissão da ausência do ser, isto é, deixa de manifestar esse ausentar-se no curso do pensamento ocidental. Pior ainda, essa consumação oculta à omissão dessa

¹³ Heidegger afirma que o encobrimento do ser não é meramente negativo. Ele é uma proteção ou preservação (*Wahrung*). Ou seja, ao se retirar, o ser guarda sua própria essência, evitando ser reduzido a uma coisa ou objeto passível de ser representado pela razão.



ausência do ser, não a introduzindo na história da metafísica. Bem entendido, aqui o ente não toma parte e nem pode tomar parte em nada que pudesse ter relação com o ser.

Se as coisas se passam desse modo, então o niilismo só pode ser experimentado e compreendido no interior da metafísica. Ambas, experiência e compreensão, ocorrem por meio da consumação da metafísica enquanto abandono do ser. Contudo, esse abandono não pode ser experimentado em sua essência. Na verdade, ele só pode ser explicitado pelo procedimento metafísico (HEIDEGGER, 1961, p. 361). “A omissão da ausência do ser enquanto tal aparece sob a forma da explicação do ser como valor. Como condição para o ente enquanto tal, o ser omitido e transformado em valor é derivado desse ente” (HEIDEGGER, 1961, p. 361).

Desta forma, o fato de nada se dar com o ser significa, para a metafísica tradicional, o mesmo que: nada se dá com o ente enquanto tal. Em decorrência disso, ela (a metafísica) interdita a si mesma o caminho que poderia conduzi-la à experiência da essência do niilismo. Com efeito, ao perguntar pelo ente primeiro, a metafísica se equivoca, pois, ao perguntar na direção do ente enquanto tal, visa o ser mesmo, mas dele se desviando e deixando-o de fora. Nesse sentido, é justamente a ausência do ser mesmo que concede à metafísica o seu modo de ser, isto é, a omissão dessa ausência e, como consequência, a não admissão de tal omissão em seu interior. Portanto, se a metafísica em sua essência pertence ao próprio ser, então a sua consumação enquanto abandono do ser também lhe pertence.

Todavia, a essência do niilismo não pode ser pensada em termos negativos como elemento desconstrutivo, originado de uma postura humana e desenvolvido pela ação humana. Ela não diz respeito ao homem, não é coisa dele, é coisa do próprio ser, diz respeito a ele. Por outro lado, Heidegger afirma, concomitantemente, que a essência do niilismo diz respeito à essência do homem, é coisa que também pertence à sua essência.

Assim sendo, a essência do niilismo não pode ser pensada antropologicamente – não é fruto da ação nem de uma decisão humana –, mas deve ser entendida como um acontecimento do próprio ser. Todavia, essa essência também concerne ao ser humano, pois ele é o ente que compreende o ser. Ou seja, é na e pela existência humana que o esquecimento do ser pode ser experimentado: é em sua abertura constitutiva ao ser que este, ao mesmo tempo, se oculta e desvela.

Portanto, é como história da omissão da ausência do próprio ser, que a metafísica mantém encoberta a verdade do ser no desvelamento do ente enquanto tal. No instante em que a metafísica se lança no abismo do esquecimento do ser, esse esquecimento enquanto tal passa a ser instituído



como a verdade do ente sob a forma da presença constante. Consuma-se, assim, o fechamento total da verdade do ente enquanto tal contra a verdade do ser (HEIDEGGER, 1961, p. 383-384).

Conforme Heidegger, tal fato tem uma consequência nefasta para a história do pensamento ocidental:

A ausência do desvelamento do ser enquanto tal desencadeia o desaparecimento de tudo aquilo que há de salutar no ente. Esse desaparecimento do que é salutar extirpa e fecha a abertura do sagrado. O fechamento do sagrado obscurece todo brilho do divino. Essa obscuridade solidifica e encobre a falta de Deus (HEIDEGGER, 1961, p. 394).

Entretanto, nós perguntamos: o que significa para Heidegger essa “solidificação e esse encobrimento da falta de Deus”? Como entender a relação entre a ausência do ser e a falta de Deus no trecho acima?

A interpretação heideggeriana da sentença de Nietzsche – “Deus está morto!” – servirá de base para que possamos discutir as perguntas colocadas acima. Na verdade, essa sentença representa não só a radicalização, na história da metafísica ocidental, do esquecimento do ser. Ela representa também a denúncia de sua essencial constituição onto-teo-lógica. Em outras palavras, desde seu início, a tradição filosófica pensa o ente a respeito do seu ser, deixando de pensá-lo em sua verdade.

Nesse movimento dialético, a metafísica não deixa de pensá-lo somente como experiência possível, mas encobre essa omissão, mesmo que de forma inconsciente. Por isso, a história da metafísica é a história do ser como intensificação progressiva de seu esquecimento. Vista a partir da história do ser, a metafísica é a história na qual o ser mesmo não é questão.

Para Heidegger, o fato da ausência do ser implicar no desaparecimento do que há de mais salutar no ente, fechando, assim, o caminho para o sagrado/divino, conduz à solidificação e ao encobrimento da falta de Deus. Esse processo caracteriza aquilo que o filósofo denomina de “tempo de indigência” (*Notzeit*), isto é, o tempo do niilismo no qual se anuncia o ocaso dos deuses. Nesse sentido, essa falta de Deus se prenuncia nas raízes do destino histórico da metafísica enquanto história do esquecimento do ser. Portanto, o vazio do ser significa o vazio de Deus.

Assim, a sentença “Deus está morto!” remete ao destino histórico da metafísica tradicional enquanto onto-teo-logia. De fato, a metafísica leva à “morte de Deus”, porque é desde o início o entrelaçamento declarado da questão do ser e de Deus, pois acaba por reduzir Deus à forma suprema do ser, concebendo-o como ente supremo (SICHÈRE, 2002, p. 29).



Resumindo, a sentença nietzschiana “Deus está morto!” deve ser entendida, à luz da interpretação heideggeriana, como expressão cabal do esquecimento do ser na história do pensamento ocidental. Originariamente, a metafísica é onto-teo-lógica, pois entrelaça a questão do ser com a de Deus, transformando-O em ente supremo. Nesse movimento dialético, o ser permanece impensado em sua verdade, enquanto Deus, reduzido a valor supremo ou forma máxima do ente, perde Sua divindade. Assim, a “morte de Deus” não se restringe a uma constatação teológica; ela exprime paradigmaticamente o abandono do ser, caracterizado pelo niilismo como destino histórico da metafísica e pela denúncia do vazio de sentido que permeia o pensamento ocidental hodiernamente.

Considerações finais

A guisa de conclusão, nosso artigo pretendeu demonstrar que o niilismo, longe de ser um fenômeno sociocultural e psicológico, constitui-se como figura histórica da metafísica enquanto onto-teo-logia. Sua essência se manifesta como ocultamento da verdade do ser no desvelamento do ente enquanto tal. Trata-se, em outros termos, da ausência do ser que, enquanto tal, não é contingente, mas revela a dinâmica interna do ser, na qual o ente é pensado como ente supremo, representado por Deus. Desse modo, o niilismo se mostra como a consumação histórica da metafísica, definida por Heidegger como o “essencial não-pensar a essência do nada”, cuja manifestação se dá simultaneamente como fenômeno ontológico e histórico.

Ao analisar a sentença de Nietzsche “Deus está morto” sob a perspectiva heideggeriana, constatamos que o esquecimento do ser e o desaparecimento do que é há de mais salutar no ente conduzem ao fechamento do acesso ao Deus divino, obscurecendo-o. Nesse sentido, o niilismo não se reduz à constatação do vazio de Deus, mas revela a indigência espiritual do Ocidente. Isso ocorre porque, no pensamento ocidental, o desvelamento do ser é omitido e o ente ganha centralidade em detrimento do ser. Portanto, a intersecção entre filosofia e teologia se torna, nesse contexto, o terreno privilegiado para compreender como a ausência do ser traduz-se na falta de Deus, mostrando que a crise espiritual contemporânea tem raízes profundas na história do pensamento ocidental.

Isto posto, podemos dizer que a análise desenvolvida neste artigo contribui para a compreensão do niilismo em sua dimensão mais radical: como experiência que não se origina da ação humana, mas do dinamismo do próprio ser, revelando, assim, a ligação entre esquecimento ontológico e desvelamento teológico. Essa perspectiva permite repensar a relação entre ser, ente e



divino, oferecendo novos horizontes às reflexões filosóficas e teológicas contemporâneas, ao mesmo tempo em que denuncia que os conceitos teológicos tradicionais perderam sua validade.

Nesse sentido, a “morte de Deus” não significa a ausência de referência ao absoluto, mas sim sua substituição. O lugar antes ocupado por Deus passa a ser ocupado por um fundamento último que responde às exigências da razão humana. Assim, em Nietzsche, esse fundamento assume a forma do eterno retorno do mesmo; em Descartes, da *res cogitans* (a substância pensante que garante a certeza do “eu”); em Leibniz, da mônada (unidade indivisível que reflete o todo); em Kant, o sujeito transcendental (condição de possibilidade do conhecimento); e, em Hegel, do Espírito absoluto (processo dialético no qual a realidade se reconcilia consigo mesma). Cada um desses fundamentos, à sua maneira, continua a conferir ao ente um caráter absoluto e teológico.

Referências

BOUTOT, Alain. *Heidegger et Platon: Le Problème du Nihilisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

CASANOVA, Marco Antônio. *Nada a Caminho: Impessoalidade, Nihilismo e Técnica na Obra de Martin Heidegger*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

HEIDEGGER, Martin. *Die onto-theo-logische Verfassung der Metaphysik*. In: *Identität und Differenz*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1957.

_____. Martin. *Holzwege*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1977.

_____. Martin. *Nietzsche II*. Pfullingen: Neske, 1961.

_____. Martin. *Nietzsche*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v.II, 2007.

MAC DOWELL, João A. A. A. As Experiências da Ordem do Sagrado na Perspectiva Heideggeriana. *Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse*, São Paulo, p. 5-24, n. 15-16, out. 2011.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Ein Meister aus Deutschland. Heidegger und seine Zeit*. München: Carl Hanser Verlag, 1994.

SICHÈRE, Bernard. *Seul Un Dieu Peut Encore Nous Sauver*. Paris: Desclée de Brouwer, 2002.

Recebido: 22-04-2025

Aceito: 26-08-2025